

A Reforma do Sistema Educativo da Nova Zelândia 1988-2008

38

As reformas administrativas conseguiram transformar um sistema centralizado num sistema com 2.700 escolas totalmente autónomas.

É interessante verificar que Portugal e a Nova Zelândia partilham algumas características: ambos os países são muito influenciados pelo mar e relativamente pequenos em tamanho e população quando comparados com os nossos vizinhos. Na última vez que estive em Lisboa aprendi muito sobre o orgulho que Portugal tem das explorações marítimas que os seus navegadores empreenderam nos séculos passados. Lembrou-me o orgulho que na Nova Zelândia temos dos exploradores maoris, que há mil anos navegaram desde as ilhas do Pacífico até à Nova Zelândia, bem como dos exploradores europeus, que se lhes seguiram nos séculos XVII e XVIII – respectivamente, Abel Tasman da Holanda e James Cook de Inglaterra. A Nova Zelândia sempre se orgulhou da sua vontade em desafiar o futuro. Fomos o primeiro país do mundo a garantir o voto das mulheres, em 1893, e o primeiro a implementar um sistema global de segurança social, na década de 30. A mesma audácia tem sido patente ao longo dos últimos vinte anos com a reforma do nosso sistema educativo.

O SISTEMA

A Nova Zelândia tem aproximadamente 750.000 alunos e 2.700 escolas – um sistema educativo com cerca de metade da dimensão do português. O ensino é obrigatório dos seis aos dezanove anos de idade – tradicionalmente, os alunos entram na escola no dia em que completam cinco anos. De há um ano para



cá, temos vindo a implementar um conjunto de novas medidas no sentido de permitir que os alunos continuem a sua educação até aos dezoito anos, em ambiente escolar ou de trabalho.

O ensino primário inclui os oito primeiros anos de escolaridade e os cinco anos seguintes correspondem ao ensino secundário. A nossa pequena população, e o modo como está distribuída no território, obriga as escolas fora das principais cidades da Nova Zelândia a leccionar toda a escolaridade. O ensino secundário começa no 7º ano em algumas localidades. Algumas escolas intermédias leccionam apenas os 7º e 8º



anos. As escolas da Nova Zelândia podem ser estatais, estatais integradas ou privadas: 94% são estatais ou estatais integradas e 6% são privadas.

As escolas estatais são propriedade do Estado e geridas pelo Estado. De entre as escolas estatais, 96 oferecem uma educação diferenciada: 53 são só para raparigas e 43 são só para rapazes, todas do ensino secundário.

As escolas estatais integradas são normalmente propriedade de uma igreja; seguem os regulamentos do Estado mas funcionam sob o horizonte de um ideário próprio; são financiadas

pelo Estado à excepção das despesas de investimento. A Nova Zelândia tem cerca de 320 escolas estatais integradas.

As escolas privadas recebem um subsídio do Estado e não estão obrigadas a seguir todos os regulamentos estatais relativos à educação. A maioria das escolas privadas pertence ao ensino secundário e oferece uma educação diferenciada.

A Nova Zelândia tem 61 escolas onde ensino e aprendizagem decorre na língua indígena maori.

Cerca de 100 escolas têm dormitórios para os alunos e há uma escola por correspondência que providencia educação à

distância, dirigida a alunos que residem em localidades rurais remotas, alunos incapacitados de frequentar a escola e alunos que, estando já a frequentar os últimos anos do ensino secundário, não têm possibilidade de se matricular nas disciplinas que desejam.

Uma escola típica do ensino secundário terá cerca de 712 alunos de ambos os sexos (embora a educação diferenciada também seja comum); de entre os alunos, 69% serão Pakeha, uma expressão maori usada genericamente para designar os colonos europeus, 17% serão maoris, 7% serão provenientes das Ilhas do Pacífico e outros 7% provenientes da Ásia; terá cerca de 55 professores e um orçamento de funcionamento (que exclui os salários dos professores e os grandes investimentos) de NZ\$1.1m, ou seja, aproximadamente 450.000 euros.

AS REFORMAS

As reformas do sistema educativo da Nova Zelândia decorreram em três vagas: as reformas administrativas; as reformas curriculares; e as reformas da habilitação. A minha apresentação tem como objecto principal de análise a primeira vaga reformista.

As reformas administrativas representaram uma pequena parcela de uma reestruturação maior dos serviços públicos e da relação entre o governo e a população em geral. No domínio da educação, são hoje comumente reconhecidas pela expressão Tomorrow's Schools — expressão adoptada na sequência do título do relatório magno que estabeleceu as suas bases.

As reformas procuraram dar resposta a três preocupações fundamentais:

- Os serviços burocráticos centrais estavam desfasados das preocupações educativas dos pais e das comunidades: não conseguiam corresponder às necessidades dos alunos maoris e do Pacífico e estavam cativos dos interesses corporativos de professores e administrações escolares.
- Havia uma preocupação com a eficiência da generalidade dos serviços sociais prestados pelo governo e a convicção crescente sobre a necessidade de haver uma aproximação geográfica entre as tomadas de decisão e os lugares da sua implementação.
- Havia também uma preocupação acentuada com a qualidade do ensino e com a ausência de prestação de contas a este respeito.

As reformas administrativas conseguiram transformar um sistema centralizado num sistema com 2.700 escolas totalmente autónomas. As escolas têm agora o seu conselho de adminis-

tração (Board of Trustees) e um contrato (Charter) celebrado com o governo; empregam os seus professores e restante pessoal; são responsáveis pelo seu orçamento (que exclui os salários dos professores), composto por fundos estatais, receitas provenientes das propinas pagas pelos alunos estrangeiros, donativos e recolha de fundos; as escolas determinam os seus próprios programas educativos sob o horizonte de um quadro de referência nacional.

ESCOLHA DA ESCOLA

As reformas implementadas atribuem aos alunos o direito inviolável de frequentar a escola da sua zona de residência. No caso de assim não o desejarem, poderão escolher outra escola desde que ali haja vaga. Se uma escola escolhida pelos alunos não tiver capacidade para acolher todos os pedidos de matrícula, haverá lugar a um sorteio e os alunos serão seleccionados aleatoriamente até a capacidade da escola estar completa.

Mas nem sempre foi assim. Numa primeira fase das reformas, as escolas tinham o direito de fazer a sua própria selecção de entre os alunos que nelas se queriam matricular. Deste modo, se a ideia inicial era permitir aos pais escolher a escola dos filhos, acabava por ser negado a alguns alunos o acesso à escola mais perto de casa porque algumas escolas muito populares preenchiam todas as vagas com outros alunos, eventualmente mais apelativos por motivos académicos, culturais ou desportivos. Assim, não obstante a nossa vontade em promover a escolha dos pais, a medida acabou por dar às escolas mais populares o poder de selecção dos alunos (poder este que só poderia ser contornado mediante uma política paralela que permitisse aumentar imensamente a capacidade de algumas escolas em detrimento de outras que ficariam condenadas a ter as salas de aula vazias).

É claro que a política de zonamento, entretanto implementada, encerra alguns problemas: há pais que apresentam documentos para provar que vivem numa determinada zona residencial quando não é verdade que assim seja e outros são simplesmente incapazes de suportar os custos das casas de algumas zonas. Contudo, a alternativa encontrada procura estabelecer um compromisso entre duas prioridades fundamentais: garantir aos pais o acesso dos filhos à escola mais próxima de casa e garantir uma selecção justa, mesmo se baseada num sorteio, para aqueles pais que pretendem, mediante o exercício do direito de escolha da escola, matricular os filhos em escolas onde o número de vagas é necessariamente limitado.

GOVERNO DA ESCOLA

As escolas são agora governadas por um conselho de administração, normalmente composto por cinco administradores eleitos pelos pais — que podem ser pais de alunos que frequentam a escola mas que não têm necessariamente de o ser; um director ou coordenador; um administrador eleito pelos professores e restante pessoal da escola; e um administrador eleito pelos estudantes (apenas no caso das escolas do ensino secundário). O conselho de administração pode, ainda, designar outros membros para dele fazerem parte — se, por exemplo, acrescentarem ao conselho experiência adicional em alguma área particular ou representarem sensibilidades da comunidade escolar que não estão representadas pelos membros eleitos pelos pais.

A eleição do conselho de administração realiza-se de três em

Os serviços burocráticos centrais estavam desfasados das preocupações educativas dos pais e das comunidades: não conseguiam corresponder às necessidades dos alunos maoris e do Pacífico e estavam cativos dos interesses corporativos de professores e administrações escolares.

três anos. O conselho é responsável pela orientação estratégica da escola, patente no contrato, que contém a declaração central das intenções de longo prazo da escola, e no plano escolar trienal; tem a seu cargo a definição e gestão do orçamento escolar; cumpre-lhe, ainda, indicar o director e, genericamente através dele, os professores e restante pessoal da escola.

Com o decorrer das reformas, alguns sindicatos argumentaram que os pais não estariam qualificados para governar as escolas mas o argumento acabou por reforçar o apoio dos pais à mudança.

No caso de alguma escola ter problemas de funcionamento relacionados com os professores e restante pessoal, com a gestão financeira da escola ou com os resultados escolares dos alunos, o ministro da educação pode intervir de diversas formas, quer solicitando ao ministério da educação que preste um apoio especial à escola, quer procedendo à demissão do conselho de administração da escola e indicação de um comissário para exercer as respectivas responsabilidades.



ALGUNS PROBLEMAS

A expectativa inicial gerada pelas reformas foi demasiado optimista. Uma análise retrospectiva obriga-nos a concluir que o funcionamento das escolas não é nem será em tempo algum perfeito. Haverá sempre comunidades com dificuldade em encontrar as pessoas certas e com as competências adequadas para fazerem parte do conselho de administração. Actualmente, de entre as escolas do sistema educativo da Nova Zelândia, cerca de 10 a 20% requerem num dado momento alguma forma de intervenção – o êxito educativo dos alunos de hoje, de todos os alunos sem excepção, é de tal modo essencial que nenhum governo pode deixar de intervir onde quer que as escolas sintam especiais dificuldades na educação dos seus alunos.

A necessidade de intervir tem sido mais evidente em South Auckland, uma área suburbana da maior cidade da Nova Zelândia, conhecida pelo seu baixo nível sócio-económico; tem sido igualmente evidente numa área rural pouco povoada, de população maioritariamente maori. Em ambos os casos, na medida em que a educação e experiência profissional dos pais dos alunos é limitada, surgiram problemas no que diz respeito à gestão de pessoal e responsabilidade financeira; e o que é mais importante, não houve a capacidade dos pais para elevar as baixas expectativas das escolas em relação aos seus filhos.

Nos dois casos em apreço, as intervenções foram realizadas nas salas de aula, com o propósito de melhorar os resultados escolares dos alunos; nas escolas, com vista a estabelecer pontes entre os conselhos de administração e os professores e restante pessoal, bem como garantir o normal funcionamento administrativo e financeiro das escolas; e nas comunidades, com a perspectiva de motivar as pessoas para a exigência de uma escola de grande qualidade e, noutro sentido, dotar os administradores de escola das características de liderança que a função naturalmente exige.

PROFESSORES

As escolas têm direito a um número determinado de professores a tempo inteiro. São as escolas que indicam os seus professores de entre aqueles que estão registados no conselho de professores da Nova Zelândia (New Zealand Teachers Council). Os professores registados têm de possuir um mínimo de habilitações adequadas ao ensino: um bacharelato de três anos no caso dos professores primários, a que se deve acrescentar um diploma em ensino de um ano para os professores do secundário. Para além dos requisitos académicos, os professores registados têm de evidenciar bom carácter e capacidade para assumir as funções devidas a qualquer professor.

Os professores ficam registados provisoriamente durante os dois primeiros anos após completarem os estudos e recebem uma orientação estruturada como professores em início de carreira. O registo definitivo ocorre mediante indicação do director da escola onde estão a ensinar.

O contrato de trabalho dos professores é de âmbito nacional, pelo que todos recebem o mesmo salário independentemente da escola em que ensinam. A profissão de professor é fortemente sindicalizada, havendo um sindicato de professores do ensino secundário e um sindicato de professores do ensino

primário e restante pessoal de apoio às escolas. A negociação dos contratos colectivos pode ser feroz.

Para que as escolas não tenham de escolher entre professores mais ou menos experientes, os salários são pagos centralmente; de qualquer modo, as escolas estão limitadas ao salário de professor em horário completo que lhes é dado — salvo nos casos em que as escolas conseguem angariar localmente outros fundos.

RECURSOS

Os edifícios escolares são facultados pelo Estado mas a responsabilidade pela sua manutenção cabe aos conselhos de administração. A garantia de que os edifícios escolares estão de acordo com os padrões exigidos é também da responsabilidade dos conselhos de administração, mediante um programa de longo prazo estabelecido conjuntamente com o ministério.

O financiamento das despesas com manuais escolares e materiais de apoio ao ensino decorre de uma fórmula que reflecte, em grande medida, o número de alunos matriculados em cada escola. Paralelamente, pode ser concedido um financiamento especial a uma escola desde que tal se justifique — por exemplo, devido à sua localização geográfica, idade dos alunos ou baixo estatuto sócio-económico das famílias.

Os conselhos de administração podem ainda angariar fundos próprios. Muitos recorrem ao recrutamento de estudantes internacionais, que desejam completar a escolaridade em língua inglesa antes de ingressarem na universidade e que, para esse efeito, pagam as propinas na totalidade. A maioria dos conselhos de administração organiza eventos para a angariação de donativos junto da comunidade local — uma tradição que remonta aos primórdios da educação na Nova Zelândia.

CURRÍCULO E HABILITAÇÕES

Desde finais do século XIX que a Nova Zelândia adopta um currículo nacional. As reformas do início da década de 90 inauguraram uma nova aproximação ao currículo, desta feita baseada em resultados. Os objectivos de aprendizagem são definidos progressivamente em cada área curricular e as escolas e professores definem programas de aprendizagem concordantes com as necessidades específicas dos seus alunos, o contexto local e as competências dos professores.

Todo o currículo nacional é obrigatório nos dez primeiros anos de escolaridade, com programas em língua materna inglesa ou maori, línguas estrangeiras, matemática, ciência, estudos sociais, artes, tecnologias, educação física e saúde.

O currículo passa a ser fortemente influenciado pelos requisitos de habilitação após o 10º ano de escolaridade.

A estrutura das habilitações foi a última e provavelmente a área mais difícil de reformar. O sistema anterior de habilita-

ções de saída do ensino secundário perdurou desde 1946 e foi essencialmente pensado para seleccionar os alunos que iriam prosseguir para patamares educativos superiores.

Agora temos um conjunto de certificados nacionais de educação: um primeiro certificado de habilitação básica, um segundo que corresponde à conclusão do ensino secundário, e um terceiro certificado que serve de requisito de acesso à universidade.

DIRECTIVAS NACIONAIS

As escolas são autónomas mas isso não obsta a que elas tenham de provar que o seu funcionamento decorre de acordo com uma variedade de regulamentos e leis. As directivas administrativas nacionais fazem apelo a diversos elementos, designadamente requisitos curriculares, higiene e segurança dos alunos, professores e restante pessoal, gestão de *performance* e a lei de financiamento público. As directivas estão centradas nas prioridades do governo (tais como a literacia e numeracia).

As escolas prestam contas mediante uma série de mecanismos: os planos escolares trienais têm de estar registados no ministério da educação e todos os anos tem de ser entregue um relatório em conformidade; os documentos financeiros são anualmente auditados. Por outro lado, o gabinete de inspecção educativa (Education Review Office) inspeciona as escolas de três em três anos (podendo a inspecção ser mais frequente se assim se justificar). Os relatórios do gabinete são do domínio público. A inspecção verifica em que medida a escola está ou não a progredir de acordo com o contrato e plano. Finalmente, os pais eleitos para o conselho de administração prestam contas mediante as eleições trienais.

ANÁLISE

Passados praticamente vinte anos desde o início das reformas administrativas, serão poucas as pessoas com vontade de retornar ao sistema antigo. As análises, estudos e inquéritos indicam que os pais dos alunos e os directores de escola estão satisfeitos com o resultado das reformas.

Os pais participam agora na administração das escolas; valorizam muito a possibilidade que têm de escolher a escola dos filhos; estão satisfeitos com a diversidade de aproximações metodológicas e pedagógicas entre as diferentes escolas; de um modo geral, sentem-se mais agrados com o funcionamento da escola onde os filhos estão matriculados.

Por seu lado, os directores de escola, não obstante o aumento que verificam no trabalho que têm de realizar, enfrentam com agrado o desafio de trabalhar com um novo conselho de administração a cada três anos; e relatam os benefícios que resultam da contratação dos professores e restante pessoal da escola e da implementação de medidas inovadoras em relação ao seu funcionamento.

Finalmente, do ponto de vista institucional, os resultados do PISA (Programme for International Student Assessment), desenvolvido no âmbito da OCDE, revelam aspectos no sistema que estão a funcionar muitíssimo bem e outros que, embora constituam um problema sério, parecem estar a evoluir no bom sentido: a média dos resultados obtidos pelos alunos da Nova Zelândia são muitíssimo bons e a diferença entre os bons e os maus alunos começa a manifestar-se no interior de cada escola e não entre as diferentes escolas.

Os directores de escola relatam os benefícios que resultam da contratação dos professores e restante pessoal da escola e da implementação de medidas inovadoras em relação ao seu funcionamento.

ALGUMAS LIÇÕES

As reformas profundas só podem ser implementadas quando somos envolvidos por uma atmosfera de crise e dela emerge o sentimento e convicção de que é necessário mudar o estado das coisas — em que medida a crise é verdadeira ou como se chega a ela é uma outra questão.

A mudança na educação não é fácil, pelo que as reformas não podem ser implementadas sem compromisso político. Toda a comunidade tem uma palavra a dizer sobre o sistema educativo e a tendência internacional é de conservação do *status quo*. Grande parte do planeamento das nossas reformas mais críticas foi elaborada num período em que o primeiro-ministro era também o ministro da educação.

As reformas implementadas na Nova Zelândia exigem uma população letrada, capaz de discutir as reformas com o governo, grupos de pressão, funcionários dos ministérios, etc — a população tem de ser um actor do novo sistema.

São igualmente necessários meios financeiros adequados. A reforma educativa não é a resposta adequada para resolver problemas orçamentais. Se as escolas estiverem ocupadas em angariar dinheiro suficiente para o trabalho de hoje, não poderão perspectivar o trabalho de amanhã.

Tem de haver localmente a capacidade para implementar as reformas — capacidade da comunidade, dos pais, dos professores, dos directores de escola e dos funcionários locais.

FINALMENTE, É NECESSÁRIO QUE HAJA UM PLANO!

A existência de uma atmosfera reformista generalizada no domínio público e político favorece a mudança. No caso da Nova Zelândia, a década de 80 assistiu a reformas profundas em diversas áreas, desde o serviço público à economia, passando naturalmente também pela educação.

Um dos aspectos fundamentais da mudança é a legislação. A Nova Zelândia é um país onde tendencialmente os regulamentos oficiais são preferidos em detrimento da mudança legislativa. Desta feita, a opção pela legislação das reformas implicou um empenhamento muito sério dos políticos e teve como resultado imediato tornar mais difícil desfazer as reformas entre tanto realizadas — seja pela acção de organismos oficiais, seja pela acção dos governos subsequentes. Importa notar a realização de eleições no período crítico das reformas, com o governo que as desenhou a ser preterido favor de um outro governo, continuaram a ser implementadas sem que houvesse uma alteração significativa na orientação originalmente desenhada.

Os governantes têm de confiar no empenhamento das direcções e funcionários dos organismos públicos — na sua capacidade de compreenderem o sentido das reformas e de implementarem as mudanças exigidas. Para o efeito, precisam de nomear um especialista em gestão da mudança e com autoridade para agir.

“Mudar rapidamente — ainda que a rapidez da

A existência de uma atmosfera reformista generalizada no domínio público e político favorece a mudança. No caso da Nova Zelândia, a década de 80 assistiu a reformas profundas em diversas áreas, desde o serviço público à economia, passando naturalmente também pela educação.

mudança seja motivo de algum desconforto”. Eis o axioma do processo de mudança na Nova Zelândia e a lição que determinou a generalidade de reformas governamentais e económicas implementadas na década de 80. Com o decorrer do tempo, multiplicaram-se os motivos de desconforto, aumentaram as dissensões no seio do governo e diminuiu o apoio da opinião pública. Era o momento de fazer uma pausa — “to have a cup of tea”, como costumava dizer o primeiro-ministro de então.

No período de implementação das reformas, os reformadores da educação necessitam de aliados governamentais na área financeira e de planeamento, bem como entre os líderes de opinião nacionais e locais. A acção de grupos de pressão é inelutável. A última coisa que se deve fazer é ignorá-los, pois, deste modo, eles encontrarão aliados entre outros grupos que foram também ignorados — como consequência, acabarão por sair fortalecidos. A estratégia a adoptar passa pela pelo estabelecimento do diálogo



com os grupos de pressão ou pelo seu isolamento.

A chave para o êxito das reformas passa pela criação de uma equipa de trabalho capaz de proceder à sua implementação no período de transição do antes para o depois. No caso da Nova Zelândia, as reformas assistiram ao fim do departamento de educação nacional e dos conselhos de educação regionais. Porém, foram os funcionários destes organismos públicos que se encarregaram de constituir o novo e muito mais pequeno ministério da educação — que o tenham feito, sabendo, à partida, que não teriam lugar no novo ministério, reflecte bem o profissionalismo do serviço público da Nova Zelândia.

Mencionei acima que a implementação de grandes reformas como meio para diminuir custos redundam num desastre. Efectivamente, acabámos por descobrir que a injeção de fundos adicionais, para ‘dourar a pílula’ daqueles que se viram a perder com as reformas, é um factor a ter em conta. De facto, muitos dos antigos funcionários dos departamentos ou conselhos regionais acabaram por fundar empresas que ainda hoje existem e que continuam a providenciar serviços às escolas.

Em qualquer processo de reforma, a mensagem deve ser comunicar, comunicar e comunicar. E quando pensamos que já comunicámos tudo o que havia a comunicar, começar de novo a comunicar! Devem ser usados os meios de comunicação com profissionalismo. Não há dúvida que os meios de comunicação mudaram consideravelmente desde o início das nossas reformas na década de 90 — muito mais se pode fazer agora com o recurso criativo à internet e aos blogues.

A última lição a reter diz respeito à necessidade de sermos transparentes. Ao longo do caminho fomos errando e com os erros fomos aprendendo. As burocracias vivem habitualmente com medo de errar. Quando se pretende dar grandes passos reformistas, é necessário ter a certeza que a transparência é valorizada de maneira a que se possa aprender com esses erros.

CONCLUSÕES

Por volta do ano 2000, foi instituído um conjunto de programas

Ao longo do caminho fomos errando e com os erros fomos aprendendo. As burocracias vivem habitualmente com medo de errar. Quando se pretende dar grandes passos reformistas, é necessário ter a certeza que a transparência é valorizada de maneira a que se possa aprender com esses erros.



com o intuito de avaliar como as reformas decorriam na prática. No que diz respeito aos resultados da educação, o PISA 2000 e os exames nacionais salientaram que os vencedores e os perdedores no nosso sistema escolar continuaram a ser os mesmos de sempre. Os alunos maoris, ou os alunos provenientes do Pacífico, alunos de língua materna não inglesa, e aqueles de famílias de baixo capital social e económico continuam a ser traídos pelo sistema.

O governo de algumas escolas foi protagonizado por directores e professores e não pelos pais — foi o que sucedeu nos casos em que a base educativa da comunidade era deficiente. A avaliação interna levou algumas escolas a concentrar-se no cumprimento dos requisitos em desfavor da inovação. No que diz respeito ao currículo, algumas escolas limitaram-se a assinalar os tópicos cobertos durante as aulas em vez de assinalarem a progressão dos alunos na aprendizagem. Finalmente, os directores de algumas escolas interpretaram a sua acção como se fossem meros gestores de empresas e não tanto como líderes do seu grupo de professores.

Estudos empreendidos pelo e para o ministério (Best Evidence Synthesis) identificaram dois elementos-chave para o êxito dos resultados educativos: o estatuto sócio-económico dos pais e a qualidade do ensino. Não há dúvida de que o primeiro elemento é da competência do governo e da sociedade. Mas também é evidente que o segundo é o tema com que os ministérios da educação e as escolas se têm de confrontar.

Com efeito, o objectivo das políticas de educação tem sido a qualidade do ensino e da aprendizagem. O investimento no desenvolvimento profissional dos professores através do aprofundamento do conhecimento científico e pedagógico aumentou. Programas nacionais de ensino de leitura, redacção e matemática foram significativamente instaurados nas escolas.

Foi instituído um grande programa com o propósito de melhorar os resultados escolares dos alunos maoris em todas as disciplinas e um segundo programa centrado na melhoria do conhecimento e prática da avaliação e boa utilização da informação dela resultante.

De acordo com o princípio da autonomia das escolas, não obstante estes programas estarem à disposição de todas as escolas, cada uma delas decide sobre a necessidade de os implementar. Cabe ao ministério da educação garantir que a qualidade dos programas é tão boa ao ponto de se tornar evidente para as escolas que só têm a ganhar com a melhoria dos resultados escolares dos seus alunos.

A implementação destes dois programas assenta numa metodologia que favorece a inovação das práticas de ensino na sala de aula — uma metodologia em tudo diferente da que é exigida na implementação de reformas estruturais. ●

PALESTRA PROFERIDA NO ÂMBITO DO CICLO DE ENCONTROS REFORMAS EDUCATIVAS DE SUCESSO, PROMOVIDO PELO FÓRUM PARA A LIBERDADE DE EDUCAÇÃO (GULBENKIAN, 12 DE NOVEMBRO DE 2008).